



Processo nº 1942/2003/001/2003
Ref: Auto de Infração nº 057/2003
Autuada Ferval Pedras Decorativas Ltda

PARECER JURÍDICO

I) Relatório:

1 – A empresa Ferval Pedras Decorativas Ltda foi autuada em 4-2-2003 como incurso no item 2 do §1º, e item 1 do § 2º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto nº 43.127/02, por ter cometido as seguintes irregularidades, in verbis:

“ a empresa opera uma unidade de beneficiamento de rochas ornamentais sem a Licença de Operação do COPAM e não atendeu à convocação ao licenciamento feita no momento da vistoria. Não foi constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.”

2 – O processo encontra-se formalizado. O Auto de Infração em epígrafe foi enviado à empresa através do ofício OF.DIMET/Nº 070/2003, conforme faz prova o AR de fls. 06. Todavia, apesar de regularmente notificada, a empresa não apresentou Defesa. Desta feita, conforme dispõe a Deliberação Normativa COPAM nº 30/98, em seu art.36, parágrafo único, o presente processo deverá ser julgado de plano, senão vejamos:

“ O processo administrativo decorrente de Auto de Infração, no qual o autuado, embora tomado conhecimento do mesmo não tenha apresentado defesa, será julgado de plano, sem necessidade de parecer técnico ou jurídico e, posteriormente, deverá ser notificado da decisão.”
(grifamos)

II) Conclusão:

Diante do exposto, considerando a *não apresentação de Defesa* e, ainda, que as infrações cometidas são passíveis de **advertência**, nos termos da DN COPAM 61/02, remetemos os presentes autos à **Diretora de Atividades Industriais e Minerárias e ao Presidente da FEAM, recomendando a aplicação da referida penalidade, devendo ser fixado um prazo de 90 (noventa) dias para a empresa formalizar seu processo de licenciamento ambiental**, sob pena de conversão em 2 (duas) multas, nos valores de **R\$ 403,41**, pela infração leve, e **R\$ 3.193,36**, pela infração grave, nos termos do art. 1º, incisos I e II, alínea “a” (infração leve e grave, c/c porte pequeno do empreendimento) c/c artigo 2º, §1º, inciso I, da DN COPAM nº 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03.

É o parecer, s.m.j

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2004.


Ana Paula Durães Rabelo
Consultora FUNDEP
OAB/MG 76.603